



ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA ECONÓMICA

12 outubro 2026

Num mundo em que a influência internacional se exerce também através da cultura, da representação e da cooperação institucional, a arquitetura adquire valor diplomático quando deixa de ser apenas um símbolo e passa a integrar uma estratégia institucional coerente e credível. Ainda que possa apoiar a diplomacia económica, a sua presença não comprova, por si só, influência política ou retorno económico.

Os edifícios que representam Estados e organizações internacionais não são apenas infraestruturas destinadas a acolher atividades diplomáticas, culturais ou administrativas. São também expressões materiais de prioridades políticas, ambições económicas e narrativas nacionais. Uma embaixada pode procurar comunicar abertura e modernidade; um complexo diplomático partilhado pode tornar visível a cooperação entre países; um museu internacional pode associar uma cidade a uma imagem de centralidade cultural; e uma sede multilateral oferecida por um Estado externo pode materializar uma relação de parceria. Em todos estes casos, a arquitetura participa na forma como os atores internacionais se apresentam, estabelecem contactos e procuram influenciar perceções.

Esta dimensão política não significa, contudo, que a arquitetura produza influência automaticamente. O conceito de *soft power*, desenvolvido por Joseph Nye, designa a capacidade de alcançar resultados através da atração, em vez da coerção ou do pagamento. A cultura, os valores e as políticas de um país constituem recursos potenciais desse poder, cuja eficácia depende também da credibilidade e da forma como são percebidos por outros públicos (Nye, 2008). Um edifício pode tornar uma narrativa visível, mas não garante que essa narrativa seja aceite, nem que a visibilidade se converta em vantagens políticas ou económicas.

É neste intervalo entre representação e resultado que se situa a relação entre arquitetura e diplomacia económica. A arquitetura pode contribuir para promover uma identidade nacional, acolher encontros institucionais, apoiar parcerias culturais, facilitar contactos empresariais e reforçar a presença de um Estado num espaço internacional. Todavia, estes me-

canismos devem distinguir-se dos resultados que se pretende alcançar, como a atração de investimento, o crescimento do turismo, a criação de relações duradouras

A construção de infraestruturas institucionais, a partilha de espaços de representação e a utilização da cultura como recurso de projeção internacional permitem observar diferentes formas de exercício de influência, cooperação e afirmação externa.

ou a obtenção de influência diplomática. A arquitetura diplomática constitui também uma expressão material das transformações da ordem mundial. A construção de infraestruturas institucionais, a partilha de espaços de representação e a utilização da cultura como recurso de projeção internacional permitem observar diferentes formas de exercício de influência, cooperação e afirmação externa. A análise destes espaços ajuda, assim, a compreender como os Estados e as organizações internacionais procuram afirmar interesses, construir relações e responder às dinâmicas de poder do sistema internacional contemporâneo.

A análise de quatro casos - a Embaixada dos Estados Unidos em Londres, o complexo das Embaixadas Nórdicas em Berlim, o Louvre Abu Dhabi e a sede da União Africana em Adis Abeba - permite examinar diferentes modalidades desta relação. A comparação evidencia que a arquitetura pode servir a diplomacia eco-

nómica através da representação simbólica, da criação de espaços de contacto, da cooperação cultural e da provisão de infraestruturas. Demonstra igualmente a necessidade de distinguir as intenções dos promotores dos efeitos efetivamente comprovados.

Londres: representar abertura e segurança

O novo complexo da Embaixada dos Estados Unidos em Londres, projetado pelo atelier *KieranTimberlake*, foi construído em Nine Elms, na margem sul do Tamisa (U.S. Department of State, Bureau of Overseas Buildings Operations, s.d.). O edifício ficou substancialmente concluído em dezembro de 2017, tendo a ocupação começado em janeiro de 2018. O custo orçamentado foi de aproximadamente \$1.022 milhões USD, segundo o Gabinete do Inspetor-Geral do Departamento de Estado norte-americano (U.S. Department of State, Office of Inspector General, 2020).

A forma cúbica e translúcida do edifício, conjugada com os espaços paisagísticos envolventes, foi apresentada pelo promotor como uma expressão de transparência, abertura e igualdade. A arquitetura procura, assim, transmitir uma imagem institucional que ultrapassa a função administrativa da embaixada. A implantação numa antiga zona industrial em transformação associa ainda o empreendimento a um processo de reconversão urbana, embora não seja possível atribuir ao edifício, isoladamente, a evolução económica da área.

O projeto evidencia uma tensão característica da arquitetura diplomática contemporânea. Uma embaixada deve garantir a segurança de funcionários, visitantes, informação e operações, mas é também um dos principais pontos de contacto entre um Estado e a sociedade do país de acolhimento. A imagem de transparência

tem, por isso, de coexistir com mecanismos físicos de proteção e controlo de acessos. A arquitetura não elimina esta tensão; procura conciliá-la através da organização espacial, da materialidade e da relação com o espaço público.

A leitura do caso torna-se mais interessante quando se consideram os resultados da auditoria realizada pelo próprio Departamento de Estado. O relatório de 2020 identificou deficiências na conceção de sistemas técnicos, custos adicionais e problemas em componentes do empreendimento. Entre os exemplos apresentados estavam uma instalação de tratamento de águas residuais que acabou abandonada e problemas no sistema de bombagem do lago semicircular, que desempenhava também uma função de barreira de segurança. O relatório assinalou igualmente dificuldades relacionadas com a conformidade de determinados sistemas com os requisitos locais de construção.

Estes resultados introduzem uma distinção fundamental: a ambição simbólica de um edifício não garante o seu desempenho operacional. A arquitetura diplomática deve ser avaliada tanto pela mensagem que pretende comunicar como pela capacidade de cumprir os requisitos funcionais, financeiros, ambientais e de segurança. No caso de Londres, a imagem de inovação e abertura coexistiu com problemas técnicos documentados, mostrando que a reputação de um projeto depende também da execução e da gestão ao longo do tempo.

O empreendimento ilustra, assim, a possibilidade de articular representação diplomática e transformação urbana, mas também os limites de uma leitura centrada exclusivamente na imagem. Para determinar se a embaixada produziu benefícios económicos locais ou alterou a perceção pública dos Estados Unidos, seriam necessários indicadores específicos e uma comparação com outros fatores que influenciaram a evolução de Nine Elms. O custo, a dimensão e a notoriedade do edifício não constituem, por si sós, prova de retorno económico ou de influência diplomática.

Berlim: a arquitetura da cooperação

O complexo das Embaixadas nórdicas, em Berlim, reúne as representações da Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. O conjunto inclui cinco edifícios

diplomáticos e um espaço comum, o *Felleshus*, articulados por uma composição arquitetónica que procura representar simultaneamente a identidade de cada país e a sua pertença a uma comunidade regional. O elemento mais reconhecível é a faixa de cobre que envolve o complexo. Com cerca de 230 metros de comprimento e 15 metros de altura, é composta por aproximadamente 4.000 lâminas pré-patinadas. A disposição dos edifícios evoca a geografia dos países representados, enquanto os espelhos de água entre as construções simbolizam os mares do Norte e Báltico. A arquitetura não apaga as diferenças nacionais: organiza-as num conjunto visualmente coerente (Nordische Botschaften, s.d.).

Esta opção distingue o complexo berlinense de uma representação diplomática exclusivamente nacional. Em vez de apresentar cinco edifícios como entidades independentes, o conjunto torna visível uma forma de cooperação regional. A arquitetura funciona como instrumento de representação coletiva, preservando a autonomia simbólica de cada Estado e criando espaços comuns para encontros, atividades institucionais e contacto com públicos externos.

A relevância diplomática do projeto reside também na possibilidade de transformar a cooperação numa experiência concreta. Um espaço partilhado pode facilitar iniciativas conjuntas, reduzir a fragmentação da representação externa e oferecer uma plataforma comum para atividades culturais ou económicas. O edifício deixa, assim, de ser apenas uma imagem da cooperação para poder funcionar como infraestrutura que a apoia.

Importa, porém, não confundir essa possibilidade com resultados económicos demonstrados. A coerência arquitetónica do complexo não permite concluir que tenha aumentado o investimento nórdico na Alemanha, o comércio entre os países envolvidos ou o turismo empresarial. Tais afirmações exigiriam dados próprios e uma análise capaz de separar a influência do complexo de outros fatores políticos e económicos.

O caso evidencia uma modalidade de diplomacia arquitetónica em que a força da representação resulta da articulação entre unidade e diversidade. O seu contributo potencial não depende apenas da aparência do conjunto, mas da utilização continuada dos espaços comuns, da

qualidade das iniciativas promovidas e da capacidade de converter a representação coletiva em relações institucionais efetivas.

Abu Dhabi: cultura e diversificação económica

O Louvre Abu Dhabi, inaugurado em 2017, resulta de um acordo intergovernamental celebrado entre França e os Emirados Árabes Unidos em seis de março de 2007. A parceria estabeleceu as condições para a criação de um museu universal em Abu Dhabi, incluindo a utilização do nome Louvre e a cooperação de instituições culturais francesas. O projeto combina a ambição emiradense de desenvolver uma instituição cultural de projeção internacional com a participação francesa em matéria de coleções, exposições e conhecimento museológico (Louvre, s.d.).

A arquitetura de Jean Nouvel desempenha um papel central na identidade do museu. A cúpula, com 180 metros de diâmetro e cerca de 7.500 toneladas, é constituída por oito camadas e integra um padrão de 7.850 elementos em forma de estrela. A luz solar atravessa a estrutura e produz o efeito conhecido como “chuva de luz”, que evoca a sombra filtrada pelas palmeiras. A composição articula referências arquitetónicas regionais com uma linguagem contemporânea, criando uma imagem reconhecível e uma experiência espacial associada à identidade do projeto. A cobertura contribui também para sombrear os espaços exteriores, complementando soluções de arrefecimento passivo e de eficiência no consumo de água e energia descritas pela instituição (Louvre Abu Dhabi, s.d.).

O museu permite observar como a cultura pode integrar uma estratégia de diplomacia económica. A instituição associa Abu Dhabi a uma marca museológica de reconhecimento internacional, amplia a oferta cultural do emirado e cria oportunidades para a cooperação entre profissionais, museus e entidades públicas. Pode igualmente reforçar a atratividade turística do território, ao oferecer uma razão adicional para a visita e ao integrar-se numa estratégia mais ampla de desenvolvimento cultural e urbano.

A estratégia turística de Abu Dhabi para 2030 atribui ao turismo um papel relevante na diversificação económica (Department of Culture and Tourism – Abu Dhabi,



2024). O plano estabeleceu objetivos de aumento do número de visitantes e do contributo do setor para a economia do emirado. Esses valores devem ser interpretados como metas de política pública, não como resultados já alcançados nem como efeitos atribuíveis exclusivamente ao Louvre Abu Dhabi.

Esta distinção é essencial. A evolução do turismo depende de múltiplas variáveis, incluindo a conectividade aérea, a oferta hoteleira, os transportes, os vistos, a promoção internacional, a conjuntura económica e a existência de outras atrações. Para estimar o contributo específico do museu, seria necessário analisar dados sobre visitantes, despesa turística, emprego, parcerias e efeitos económicos locais, distinguindo a sua influência das restantes componentes da estratégia territorial.

O Louvre Abu Dhabi demonstra, assim, como a arquitetura e a cooperação cultural podem reforçar a projeção internacional de um território e apoiar objetivos económicos. Não demonstra, por si só, que a notoriedade arquitetónica se converta em influência política ou investimento adicional. A sua relevância deve ser procurada na articulação entre imagem, programação cultural, parceria internacional e integração numa estratégia económica mais ampla.

Adis Abeba: infraestrutura e relações de poder

A sede da União Africana em Adis Abeba apresenta uma modalidade distinta de diplomacia arquitetónica. O Centro de Conferências e Complexo de Escritórios da União Africana foi oferecido pela República Popular da China e inaugurado em 28 de janeiro de 2012. Segundo a organização, o complexo ocupa uma área de 51.887 metros quadrados e inclui uma torre de escritórios com vinte pisos acima do solo e 113,2 metros de altura (União Africana, 2011 e 2012).

A infraestrutura responde a uma necessidade funcional: disponibilizar instalações para o trabalho administrativo, as conferências e as atividades de uma organização continental. Mas a sua construção e oferta têm também significado diplomático. A contribuição chinesa ficou incorporada num espaço central para a vida institucional africana, tornando duradoura e visível uma relação de cooperação entre o doador e a organização beneficiária.

A diferença relativamente aos casos anteriores é significativa. Em Londres, a arquitetura integra a representação de um Estado; em Berlim, materializa uma forma de cooperação regional; em Abu Dhabi, a instituição cultural apoia a projeção internacional e a diversificação económica. Em Adis Abeba, a provisão de infraestrutura constitui simultaneamente uma contribuição material para a capacidade institucional da União Africana e um símbolo duradouro da relação com a China. Esta modalidade exige, porém, uma análise que não reduza a organização beneficiária a um recetor passivo. A União Africana possui objetivos e necessidades institucionais próprios. A infraestrutura pode responder a esses objetivos e, ao mesmo tempo, integrar a estratégia externa do Estado que a oferece. Ambas as dimensões devem ser reconhecidas sem pressupor que a doação determina as decisões políticas dos Estados africanos ou controla as posições da organização. O edifício, isoladamente, não demonstra dependência política, alinhamento diplomático ou influência sobre decisões específicas. Para sustentar tais conclusões, seria necessário estudar os termos da cooperação, as relações institucionais subsequentes, as alternativas de financiamento disponíveis e os comportamentos diplomáticos relevantes. A presença física de uma contribuição externa torna a relação visível; não permite, por si só, determinar a distribuição efetiva de poder.

O caso evidencia, portanto, que a diplomacia através da arquitetura não opera apenas pela atração estética ou cultural. Pode também assumir a forma de provisão material, através da qual um Estado contribui para a infraestrutura de uma

organização internacional. O valor diplomático potencial resulta da combinação entre utilidade, visibilidade e continuidade da relação, sendo a sua eficácia dependente do contexto político e da autonomia dos intervenientes.

Da representação ao resultado

A comparação dos quatro casos permite distinguir três mecanismos através dos quais a arquitetura pode apoiar a diplomacia económica.

O primeiro é a representação simbólica. A forma, os materiais, a localização e a relação com o espaço público permitem associar um edifício a narrativas de abertura, modernidade, cooperação ou capacidade institucional. Esta dimensão é particularmente evidente na embaixada norte-americana em Londres e no complexo nórdico em Berlim.

O segundo é a criação de oportunidades de contacto. Museus, espaços de receção, centros de conferências e instalações partilhadas podem acolher atividades que aproximam representantes públicos, empresas, instituições culturais e visitantes. A arquitetura torna-se relevante não apenas pelo que comunica visualmente, mas também pelas interações que permite organizar.

O terceiro é a provisão de capacidade institucional. Um edifício pode melhorar as condições de trabalho de uma missão diplomática ou organização internacional, permitindo a realização de reuniões, a prestação de serviços e o desenvolvimento de atividades. A sede da União Africana ilustra esta dimensão, enquanto o Louvre Abu Dhabi combina capacidade institucional, cooperação cultural e atração de visitantes.

FIGURA 1: MECANISMOS E LIMITES DA EVIDÊNCIA NA ARQUITETURA DIPLOMÁTICA (comparação dos quatro casos analisados)

Fonte: Elaboração pelo autor, com base nas fontes institucionais citadas no artigo.

Caso	Recurso Diplomático associado a cada edifício	Resultado(s) a investigar	Limite da evidência disponível
Embaixada dos Estados Unidos em Londres	Representação nacional e integração urbana	Perceção pública, atividade local e desempenho operacional	A imagem arquitetónica não prova influência nem retorno económico
Embaixadas nórdicas em Berlim	Representação coletiva e espaço partilhado.	Intensidade das iniciativas conjuntas e relações institucionais	A coerência visual não prova benefícios comerciais
Louvre Abu Dhabi	Cooperação cultural e atração internacional.	Visitantes, parcerias, despesa turística e reputação	As metas turísticas do emirado não medem o efeito isolado do museu
Sede da União Africana em Adis Abeba	Infraestrutura institucional oferecida por um parceiro externo	Utilização, cooperação subsequente e autonomia institucional	A doação não prova controlo político ou alinhamento diplomático

Estes mecanismos não são mutuamente exclusivos. Um mesmo edifício pode representar um Estado, acolher atividades económicas e culturais e melhorar a capacidade de uma instituição. A distinção é importante porque cada mecanismo exige indicadores diferentes. A notoriedade de uma construção pode ser medida através da cobertura mediática ou do reconhecimento público; a atividade institucional, através dos eventos e das parcerias realizadas; e os resultados económicos, através de indicadores como investimento, despesa turística, emprego ou atividade empresarial.

A existência de resultados observáveis não basta, contudo, para estabelecer causalidade. Se o turismo crescer após a abertura de um museu, não se pode concluir automaticamente que o museu tenha causado esse crescimento. É necessário considerar a evolução anterior, os investimentos complementares e as condições económicas externas. Do mesmo modo, a realização de reuniões num edifício diplomático demonstra utilização institucional, mas não prova que essas reuniões tenham produzido acordos ou alterado posições políticas.

Credibilidade, sustentabilidade e legitimidade

A possibilidade de a arquitetura apoiar a diplomacia económica depende, em primeiro lugar, da credibilidade da mensagem que procura transmitir. Um edifício concebido para comunicar abertura ou cooperação não produz necessariamente esses efeitos se as práticas da instituição forem perçcionadas como contraditórias. Como argumenta Nye (2008), a credibilidade é um elemento essencial da diplomacia pública: a atração não resulta apenas da mensagem emitida, mas também da confiança que os destinatários depositam em quem a transmite.

Em segundo lugar, a arquitetura necessita de programação e utilização. A qualidade formal de um edifício pode facilitar o reconhecimento e gerar interesse inicial, mas a sua contribuição diplomática depende da continuidade das atividades, da diversidade dos públicos e das relações estabelecidas. Sem iniciativas que liguem o espaço aos objetivos institucionais, existe o risco de a construção se tornar sobretudo um símbolo dispendioso, sem benefícios demonstráveis proporcionais ao investimento.

Em terceiro lugar, é necessário avaliar o desempenho ao longo do tempo. Os objetivos anunciados pelos promotores, os resultados imediatos e os impactos duradouros devem ser tratados separadamente. Um projeto pode cumprir a função de representação e, simultaneamente, apresentar falhas operacionais, como demonstra a auditoria à embaixada norte-americana em Londres. De igual modo, um museu pode alcançar notoriedade internacional sem que seja possível atribuir-lhe, isoladamente, o crescimento do turismo ou do investimento.

A sustentabilidade constitui outra dimensão relevante. Não basta associar um edifício a uma imagem de inovação ambiental: importa avaliar o consumo de energia e água, os custos de manutenção, a durabilidade dos materiais e o desempenho efetivo dos sistemas técnicos. A auditoria de Londres demonstra precisamente a importância de distinguir as intenções de projeto da execução e dos resultados operacionais.

Por último, os custos e os benefícios devem ser considerados em conjunto. Os grandes empreendimentos podem gerar oportunidades económicas e reforçar a capacidade institucional, mas também envolvem custos de construção, manutenção e operação. Quando financiados por parceiros externos, levantam questões sobre as condições do financiamento, a autonomia do beneficiário e a sustentabilidade da relação. Uma análise equilibrada deve reconhecer tanto o valor funcional e diplomático da infraestrutura como os seus custos e limitações.

Conclusão

A arquitetura contemporânea pode constituir um recurso da diplomacia económica ao materializar narrativas políticas, criar oportunidades de contacto e reforçar a capacidade de instituições nacionais e internacionais. Os quatro casos analisados revelam modalidades distintas deste contributo: representação nacional em Londres, cooperação regional em Berlim, parceria cultural em Abu Dhabi e provisão de infraestrutura multilateral em Adis Abeba.

A comparação demonstra que a arquitetura não deve ser confundida com influência efetiva, mas permite observar como os Estados e as organizações internacionais procuram afirmar a sua presença, materializar parcerias e reforçar a sua capacidade institucional. Estes processos são rele-

vantes para compreender a ordem mundial contemporânea, na qual a influência internacional se exerce não apenas através de recursos militares ou económicos, mas também da cultura, da representação e da cooperação institucional.

Para os decisores públicos, a questão não consiste apenas em construir edifícios representativos, mas em definir que relações pretendem promover, que atividades irão sustentar esses objetivos e como serão avaliados os resultados. A arquitetura adquire valor diplomático quando deixa de ser apenas um símbolo e passa a integrar uma estratégia institucional coerente, credível e suscetível de avaliação. É nessa articulação entre espaço, representação e resultados que reside o seu contributo potencial para a diplomacia económica. ●

<https://doi.org/10.26619/2183-4822.2026.CJ.34>

Referências

- Department of Culture and Tourism – Abu Dhabi (2024). *Department of Culture and Tourism - Abu Dhabi to deliver Tourism Strategy 2030 to ensure emirate's sustainable growth as global tourism destination*. Abu Dhabi, 03 de abril. <https://dct.gov.ae/en/media centre/news/department of culture and tour.abu.dhabi.to.deliver.tourism.strategy.2030.to.ensure.emirates.sustainable.growth.as.global.tourism.destination.aspx>
- Louvre (s.d.). *The Louvre Abu Dhabi*. Museu do Louvre (website). <https://musee.louvre.fr/en/the-louvre-in-france-and-around-the-world/the-louvre-abu-dhabi>
- Louvre Abu Dhabi (s.d.). *Architecture*. Louvre Abu Dhabi (website). <https://www.louvreabudhabi.ae/en/about-us/architecture>
- Nye, Joseph S. (2008). Public Diplomacy and Soft Power. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), pp. 94-109. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716207311699>
- Nordische Botschaften (s.d.). *Der Botschaftskomplex*. (website) <https://www.nordischebotschaften.org/der-botschaftskomplex/>
- União Africana (2011). Chairperson visits Chinese-donated new African Union Conference Centre and Office Complex under construction. *Press Release*, Adis Abeba, 25 de janeiro. <https://au.int/en/pressreleases/20110125>
- União Africana (2012). *Declaration on the Donation of a Conference Centre and Office Complex to the African Union by the People's Republic of China*. Assembleia da União Africana, 18.ª sessão ordinária, Adis Abeba, 29-30 de janeiro. https://au.int/web/sites/default/files/decisions/9649-assembly_au_dec_391_-_415_xviii_e.pdf
- U.S. Department of State, Office of Inspector General (2020). *Management Assistance Report: Execution of the New Embassy Compound London Construction Project Offers Multiple Lessons*. Relatório AUD-CGI-20-36. Washington, julho. <https://www.stateoig.gov/report/aud-cgi-20-36>
- U.S. Department of State, Bureau of Overseas Buildings Operations (s.d.). *London – New U.S. Embassy Project*. <https://oboportfolio.state.gov/london/>